



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE RECURSOS HIDRICOS
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA

Ofício N° 558/ 2008 - GDP/IMA/AL

Maceió, 10 de outubro de 2008.

**Ilma. Sra.
Izabella Teixeira
Secretária-Executiva
Ministério do Meio Ambiente**

Em atendimento ao Ofício Circular nº 033/2008/SECEX/MMA, que gerou o processo IMA nº 4903-6500/ 2008, vimos por meio deste encaminhar **análise da Resolução 369/2006, do CONAMA**, fruto de entendimento entre representantes dos corpos técnicos do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas –IMA /AL e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, órgãos ambientais do Estado de Alagoas.

De acordo com os itens expostos às fls. 03 do referido ofício, temos a informar:

1 – Quantitativo de pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP protocolados desde a publicação da Resolução (março 2006).

Não há, em Alagoas, sistematização de pedidos de licenciamento em relação à área de intervenção, de forma a contemplar a ação em APP. Todavia, estimamos que tenha sido um número reduzido, não totalizando 15 pedidos. Não se tem o devido controle.

2 – Fatores motivadores das negativas de autorização de intervenção em APP.

Não se tem este registro;

3 – Quantitativo de pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP deferidos, discriminados, se possível:

3.1 – por tipo de obra, plano, atividade ou projeto (conforme classificação da Resolução CONAMA 369/06);

3.2 – por tipo de APP (conforme tipos elencados na Resolução CONAMA 303/02);

As intervenções mais comumente realizadas em Alagoas dizem respeito à mata ciliar e encostas. Mais recentemente autorizações foram concedidas para áreas de manguezais e/ou restinga, para ampliação de rodovia estadual. O maior quantitativo de intervenções dizem respeito à obras públicas, de esgotamento sanitário/abastecimento de água, canais ou reforma de rodovias.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE RECURSOS HIDRICOS
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA

4 – Área de APP a ser afetada pelos pedidos deferidos, por tipo de APP, ou, se não for possível esta avaliação, tipos de APP que serão mais afetados.

Eventuais intervenções em APP's, de porte maior, há sempre consulta efetuada pelo empreendedor ao órgão ambiental responsável, seja ele estadual ou municipal. Desta forma, em sendo atividade de interesse público, há possibilidade de atendimento. Intervenções para ganho econômico/comercial não têm sido contempladas, anteriormente ao pedido de licenciamento.

5 – Dificuldades encontradas pelo Órgão licenciador na interpretação da Resolução.

O tramite processual é o mesmo procedimento de um processo de licenciamento. Como não há procedimentos específicos, há dificuldades de observações de um procedimento de análise específico.

6 – Dificuldades encontradas pelo Órgão licenciador na aplicação da Resolução.

A dificuldade maior está na aplicabilidade considerando que o Estado de Alagoas teve, historicamente, uma degradação acentuada de suas áreas de preservação, principalmente em áreas urbanas. Ou mesmo em áreas rurais, o entendimento da proibição de intervenção em área, mesmo sem vegetação, é o maior dificuldade por conta do empreendedor, considerando exatamente esse histórico de degradação. Em Alagoas, gradativamente se inicia um processo de recuperação com planos de recuperação de áreas de preservação permanente (mata ciliar) com os grandes produtores (setor sucro-alcooleiro). Há planos para expansão desse processo de recuperação para outros setores/áreas.

7 – Atividades, planos e obras de utilidade pública ou interesse social, não elencados na Resolução, que deveriam ser considerados, segundo Órgão licenciador.

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,


Adriano Augusto de Araújo Jorge
Diretor Presidente – IMA/AL